

XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

O ABANDONO AFETIVO E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isabella Silva Novakosky (Prática de Pesquisa em Psicologia II, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Ednéia José Martins Zaniani (Prática de Pesquisa em Psicologia II, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil).

contato: bellanovakosky@gmail.com

Palavras-chave: Infância. Afetividade. Negligência Familiar. Judicialização. Psicologia Sócio-Histórica.

Para a Psicologia o afeto é considerado um elemento constituinte. Presente nas relações humanas, é apontado como fundamental não só para o desenvolvimento integral do ser humano, mas como garantidor da sua sobrevivência. Nesta via, tem se compreendido que a relação afetiva que o indivíduo estabelece desde o seu nascimento e que provém das relações familiares, é a base primordial para a construção da sua personalidade e do estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais futuros. Já o nomeado ‘abandono afetivo’ tem se tornado pauta de disputas jurídicas, tornando o afeto um objeto passível de judicialização. Em que pese a justificativa de que sua falta traz prejuízos à saúde mental, tem levantado dúvidas sobre o teor desses danos e como os mesmos poderiam ser identificados. Para a Constituição Federal, o descumprimento do dever legal de cuidado do responsável é passível de penalidades, no entanto, o abandono afetivo pode ser difícil de ser averiguado e denunciado, devido às suas características subjetivas, desafiando-nos a compreender e prever suas sequelas. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre o abandono afetivo e possíveis implicações para a saúde mental de crianças e adolescentes, investigando a historicidade do abandono afetivo, explorando como o abandono afetivo tem sido discutido na literatura, compreendendo as determinações do abandono afetivo e entendendo as possíveis consequências psicossociais do abandono afetivo para a saúde mental de crianças e adolescentes. Partindo da perspectiva Sócio-Histórica, buscamos ampliar a compreensão geral sobre esse tema, realizando uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, levantando artigos científicos da Psicologia, publicados na última década e disponíveis em três bases de dados nacionais. O levantamento revelou a escassez de pesquisas na área. A análise dos poucos estudos encontrados mostrou que do ponto de vista histórico, o afeto começou a ser considerado um fator determinante para o desenvolvimento do indivíduo apenas recentemente. Para mais, vislumbrou-se que a maioria dos trabalhos apontam, de modo genérico, que o abandono afetivo, cometido comumente pela figura paterna, pode causar perturbações emocionais, que podem redundar em dificuldades sociais. Contudo, os estudos também demonstram que tais problemas são subjetivas e dependem do ponto em que se dá essa ausência afetiva, do contexto sociocultural e de outras questões que abarcam desde a convivência social, até e a rede de apoio disponível à essas crianças e adolescentes. Tais resultados, quando lidos com a lente da Psicologia Sócio-Histórica, sinalizam para a importância de compreendermos o homem e a constituição da sua subjetividade a partir das condições reais de existência e dos processos culturais que enredam, limitam ou ampliam as possibilidades de desenvolvimento afetivo de cada indivíduo. Logo, por mais que a literatura

XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

cite genericamente as implicações do abandono afetivo, também adverte que este fato não pode ser utilizado como régua para todos os casos. Finalizamos, ressaltando que essa pesquisa possui lacunas e tópicos a serem aprofundados, todavia indica a necessidade de avançar com outros conhecimentos científicos críticos que abarquem a interface saúde mental-abandono afetivo, contribuindo assim para a construção futura de estratégias políticas no campo da proteção social.